

OBSERVATÓRIO ODS

SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO A PARTIR DE UMA NOVA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**Iniciativas de Governo Aberto para
implementação e monitoramento da Agenda 2030**



Realização



Cofinanciamento



FICHA TÉCNICA

INICIATIVA

Agenda Pública
Estratégia ODS

Supervisão:

Sergio Andrade
Mariana Calencio
Jessica Guedes
Gustavo Zaven

EXECUÇÃO TÉCNICA

Instituto Cíclica

Pesquisa e redação:

Brenda de Fraga Espindula
Camila Farias da Silva
Cristiano Nicola Ferreira
Gerson de Lima Oliveira

PARCEIRO TÉCNICO

Instituto Veredas

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Manu Raupp

ESPECIALISTAS COLABORADORES

Bruno Grisotto Vello (Imaflora)
Euzebio Jorge Sousa (USP e CEMJ)
Fabro Steibel (ITS Rio)
Juliana Sakai (Transparência Brasil)
Marcelo de Medeiros (Imaflora)
Melina Risso (Igarapé)
Wagner de Melo Romão (Unicamp)



● SUMÁRIO

- 04** Apresentação
- 07** Governo Aberto e ODS
- 10** Mapeando mecanismos de governo aberto para o alcance e o monitoramento dos ODS
 - 12** Transparência
 - 15** Integridade Pública
 - 18** Participação social
 - 21** Inovação e Tecnologia
- 26** Sugestões para implementação e monitoramento da Agenda 2030 a partir de iniciativas de governo aberto
- 31** Matriz de articulação
- 33** Considerações finais
- 34** Notas metodológicas
- 36** Referências



● APRESENTAÇÃO

A emblemática capa da revista “The Economist” de novembro de 2009, que ilustrava um imponente Cristo Redentor decolando, foi o retrato da primeira década do século XXI protagonizada por um Brasil que chegou a ser a 6ª economia do mundo em crescimento, tendo como marca do período, a redistribuição de riqueza - ainda que sensível para os abissais níveis históricos de desigualdade social do país - marcado pela ascensão social dos mais pobres. De acordo com a PNAD de 2014, em uma década a redução da extrema pobreza foi de pelo menos 63% no período. Mas, o prenúncio da década seguinte tem como retrato um Cristo Redentor que, tal como o foguete Challenger em 1986, desgoverna-se em franca queda, a exemplo da ilustração pela mesma The Economist em setembro de 2013.

Recentemente alguns telejornais já anunciam uma nova “década perdida” (em alusão aos anos 1980), já que a piora significativa dos indicadores sociais do Brasil é acompanhada pela inflação que se descontrola e uma economia que no segundo trimestre de 2021 apresenta números negativos (queda de 0,1%), figurando já como a 13ª do mundo e em evidente declínio. Se um desesperançado Brasil da transição dos anos 1980 para os 90 foi capaz de mudar sua condição na virada do milênio, como o desafio de virar novamente o jogo se apresenta no início da terceira década do século XXI?

A noção de desenvolvimento não pode se confundir com crescimento econômico meramente. Apesar de relacionada, ela deve estar ancorada à efetivação do bem-estar da população. Logo, o crescimento econômico baseado na geração de riquezas deve ter como resultado a efetivação do acesso a benefícios pela sociedade como um todo. Historicamente, **o processo de desenvolvimento dos países capitalistas esteve associado a ações que dizem respeito a políticas de proteção e promoção social.** Tais políticas se traduzem em bens e serviços que contribuem na garantia de direitos. No entanto, esse processo não ocorre da mesma forma em todos os países capitalistas, ou seja, há especificidades relacionadas a circunstâncias históricas e possibilidades econômicas, políticas e sociais.

Em países como o Brasil, mesmo em períodos caracterizados por maior crescimento econômico, não houve necessariamente a transferência dos benefícios desse crescimento do país à população menos favorecida de forma duradoura, muito menos, permanente. Não há de se negar que ao longo do tempo melhorias ocorreram em determinadas áreas, sobretudo a partir da oferta de serviços públicos que contribuíram para a redução das desigualdades sociais. No entanto, há variação de como ocorre esse processo dependendo da orientação política e das estratégias de governança que assume a gestão à frente do país, ou seja, existem períodos em que há ênfase na menor intervenção estatal, enquanto há outros em que há ênfase na maior atuação do Estado. Ainda assim, tal atuação pode ocorrer com maior ou menor participação social e essa pode ser mais ou menos qualificada.

Há, portanto, uma constante busca por desenvolvimento, no entanto, **o desenvolvimento não-sustentável resulta em práticas que restringem direitos e causam degradação socioambiental**, afastando-se da implicação central que deve ser: garantir condições de vida digna para todos e permitir que as próximas gerações também possam ter tal garantia. **Logo, não é qualquer modelo de desenvolvimento que atende às necessidades das pessoas e do planeta, deve-se buscar um modelo de desenvolvimento sustentável**: capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Que seja capaz de aliar prosperidade ao bem estar, de maneira inclusiva, ou seja, sem deixar ninguém para trás.

Neste sentido, no ano de 2015 os Estados-membros da ONU reconheceram que a erradicação da pobreza é o maior desafio global, um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, comprometendo-se a tomar medidas nos próximos 15 anos. Assim, adotaram o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um guia para as ações da comunidade internacional. A Agenda 2030 é composta por cinco áreas de ação que englobam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas a eles. O documento desenha um plano de ação para as **Pessoas**, o **Planeta** e a **Prosperidade**, buscando a **Paz** universal, o qual seja efetivado em uma **Parceria** global, o que ficou conhecido como **5Ps** da sustentabilidade.

Atualmente o Brasil encontra-se em um contexto de regressão na implementação e efetivação da Agenda 2030, sendo um dos países que mais se distancia dos seus objetivos. Segundo o V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável no Brasil, dentre as metas estabelecidas 92 (54,4%) estão em retrocesso; 27 (16%) estão estagnadas; 21 (12,4%) estão ameaçadas; 13 (7,7%) estão em processo insuficiente; e 15 (8,9%) não dispõem de informações. É o retrato de um país que deixou de ser parte das soluções para se tornar um problema para o mundo, tendo um conjunto de 82,8% das metas em retrocesso, estagnadas ou ameaçadas. Além disso, não foi encontrado avanço satisfatório em nenhuma das 169 metas estabelecidas pelos ODS. Este quadro se agravou durante a pandemia de Covid-19, que acentuou as desigualdades já existentes e trouxe novos desafios para o desenvolvimento de soluções e à efetivação da Agenda 2030 no Brasil.

A superação do quadro atual coloca a necessidade da defesa e fortalecimento da democracia como uma estratégia relevante para o desenvolvimento do país, a partir de uma nova participação social, mais qualificada, em que a implementação e o monitoramento dos ODS seja o norte de atuação e engajamento. É o desafio da participação qualificada em sintonia com novas culturas de governança, com a modernização das administrações públicas e com as proposições de governo aberto que estão em jogo. Nesse sentido, da promoção de um Estado responsivo e transparente, apresenta-se o compromisso da comunidade internacional de estabelecer esforços para impulsionar o governo aberto para a implementação da Agenda 2030.

No ano de 2011 foi criada a Parceria para o Governo Aberto (OGP). Seu documento orientador estabelece quatro princípios: (1) promover a transparência através do aumento da disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; (2) aprimorar processos de prestação de contas e fortalecer a integridade pública; (3) fomentar a participação social; e (4) ampliar o acesso e incorporar inovações tecnológicas. O Brasil foi um dos cofundadores da iniciativa que hoje conta com mais de 70 países e de 15 governos subnacionais. Cada país que faz parte da Parceria deve desenvolver um Plano de Ação Nacional, um documento no qual são especificados compromissos de acordo com os princípios de governo aberto, estratégias e atividades para efetivá-los em um período de dois anos. Atualmente o Brasil elabora o seu quinto Plano de Ação Nacional.

Diante dessas considerações, a Agenda Pública, organização especialista no aprimoramento de serviços públicos e membro do Conselho Nacional de Transparência e Combate à Corrupção*, publica o presente relatório “Observatório ODS: superAÇÃO do subdesenvolvimento a partir de uma nova participação social” que apresenta mecanismos de Governo Aberto que indicam novos repertórios de participação, qualificando e impulsionando a atuação da sociedade civil e gestores locais para a implementação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030.



*Órgão consultivo integrante da estrutura básica da Controladoria-Geral da União, que tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal. Além disso, tem o papel de planejar estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

GOVERNO ABERTO E ODS

É a partir do final do século XX que as temáticas de Governo Aberto passam a ser instauradas nas legislações dos países democráticos, principalmente referentes ao direito à informação. Em 2009, no primeiro mandato da administração do presidente Barack Obama, a discussão sobre o tema ganhou força, com a publicação da Declaração de Governo Aberto nos Estados Unidos. Em 2011, com a criação da OGP, essa forma de governança entra definitivamente na agenda internacional.

“O GOVERNO ABERTO É UM PARADIGMA OU MODELO RELACIONAL QUE SE CORRESPONDE COM UM MODELO DE DEMOCRACIA MAIS AGREGATIVO, QUE DÁ (BUSCA DAR) PRIORIDADE À REPRESENTATIVIDADE E AOS PROCESSOS, E CUJA ORIENTAÇÃO É A DE CRIAR UM GOVERNO (MAIS) ACESSÍVEL, TRANSPARENTE E RECEPTIVO” (CRUZ-RUBIO,2015).

Apesar de diferentes orientações, o conceito de governo aberto refere-se sobretudo ao diálogo entre a sociedade civil e os gestores públicos sobre as decisões relacionadas às políticas públicas e à colaboração para construção de soluções aos problemas sociais, buscando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos fundamentais. O governo aberto pode ser compreendido a partir de quatro pilares fundamentais: **Transparência, Integridade Pública, Participação Social e Inovação Tecnológica.**

TRANSPARÊNCIA

Trata da ampla disponibilização de dados e informações confiáveis e abertos, por parte da administração pública, de forma passiva e ativa, contribuindo, de maneira pragmática, para os atos públicos, pautados por legitimidade, eficiência, e com maior potencial para solucionar os problemas de forma colaborativa, e criando espaços de diálogo entre o governo e a sociedade civil.

INTEGRIDADE PÚBLICA

Aborda mecanismos de controle e promoção da ética, visando o fortalecimento da gestão e a defesa daquilo que é público.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Remete aos canais, processos e instrumentos para democratizar a gestão pública e aproximar o poder público e sociedade, estabelecendo uma interlocução permanente entre esses atores, tanto na construção quanto na implementação da política pública.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Refere-se à melhoria dos serviços públicos e à promoção da cidadania, por meio da colaboração e parcerias entre todos(as). Muitas iniciativas passam pelo uso de tecnologias digitais, mas não restringem-se à inovação tecnológica.

A partir dos seus princípios, os mecanismos de governo aberto contribuem para potencializar a eficácia, a efetividade e a eficiência das ações sinérgicas necessárias para a implementação e o monitoramento da Agenda 2030. Os 17 objetivos e suas 169 metas estruturam-se em áreas essenciais para as sociedades, os chamados 5Ps da sustentabilidade:



Nesse sentido, para o caminho em direção ao desenvolvimento sustentável, deve-se promover ações com vista às Pessoas, ao Planeta e à Prosperidade, buscando a Paz universal, de forma que seja efetivada em uma Parceria global, por meio do cumprimento dos objetivos e suas metas. Os ODS devem estabelecer-se como uma “régua”, parâmetros comuns por meio da qual a participação social qualificada constrói e monitora os resultados dos objetivos e os impactos na vida das pessoas nos contextos subnacionais.

Como destacou Marta Arretche, em “Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas”, devemos levar em consideração que existe uma distância entre o desenho e os meios previstos para a implementação de um programa público e sua tradução na realidade, já que os objetivos dos programas públicos podem ser atingidos por diferentes modalidades de ação. Da mesma maneira, o alcance das metas dos ODS pode se dar pela adoção de diferentes estratégias. O ponto de atenção é que muitas vezes a metodologia proposta como meio de alcançá-las pode produzir no contexto local implicações contrárias ao inicialmente projetado.

Por isso, o grau de sucesso do cumprimento dos ODS e dos programas que os realizam nos contextos subnacionais passa fundamentalmente pela ação cooperativa entre agentes governamentais e não-governamentais e pela cadeia de relações entre formuladores e implementadores das ações, ou seja, entre os agentes encarregados da formulação e os agentes encarregados da execução.

Assim, é necessário olhar para as estratégias de implementação dos ODS como forma de consolidar a Agenda 2030, perguntando-se como estão sendo executadas as ações para chegar nos objetivos: 1) quem de fato executa conhece os ODS e os desenhos para a sua implementação?; 2) os agentes envolvidos, governamentais e não-governamentais aceitam e concordam com os ODS e os programas de implementação? 3) pressupondo que a aceitação esteja estabelecida, em especial pelos agentes que executam, há condições institucionais para a implementação? Todas essas perguntas podem levar a uma forma menos ingênua de acompanhar e monitorar os ODS, tendo clareza sobre os necessários processos de adaptação e os estrangulamentos que inviabilizam a execução das ações.

Para além do desafio do Estado não perder a sua capacidade de fazer aquilo que se espera que faça, a efetivação da Agenda 2030 exige ações convergentes de empresas, academia, terceiro setor e sociedade civil. O chamado pela construção dos mecanismos de governo aberto procura configurar novos arranjos de parcerias entre o público e o privado; o olhar para as necessidades e desejos dos cidadãos; reduzir a importância em processos e dar foco nos resultados; bem como promover agentes da burocracia do Estado capazes de identificar as necessidades dos cidadãos-usuários.



NESSE SENTIDO, COM BASE NOS PRINCÍPIOS DE GOVERNO ABERTO, QUAIS PRÁTICAS INOVAM E QUALIFICAM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E GESTORES PÚBLICOS NA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ODS?

● MAPEANDO MECANISMOS DE GOVERNO ABERTO PARA O ALCANCE E O MONITORAMENTO DOS ODS



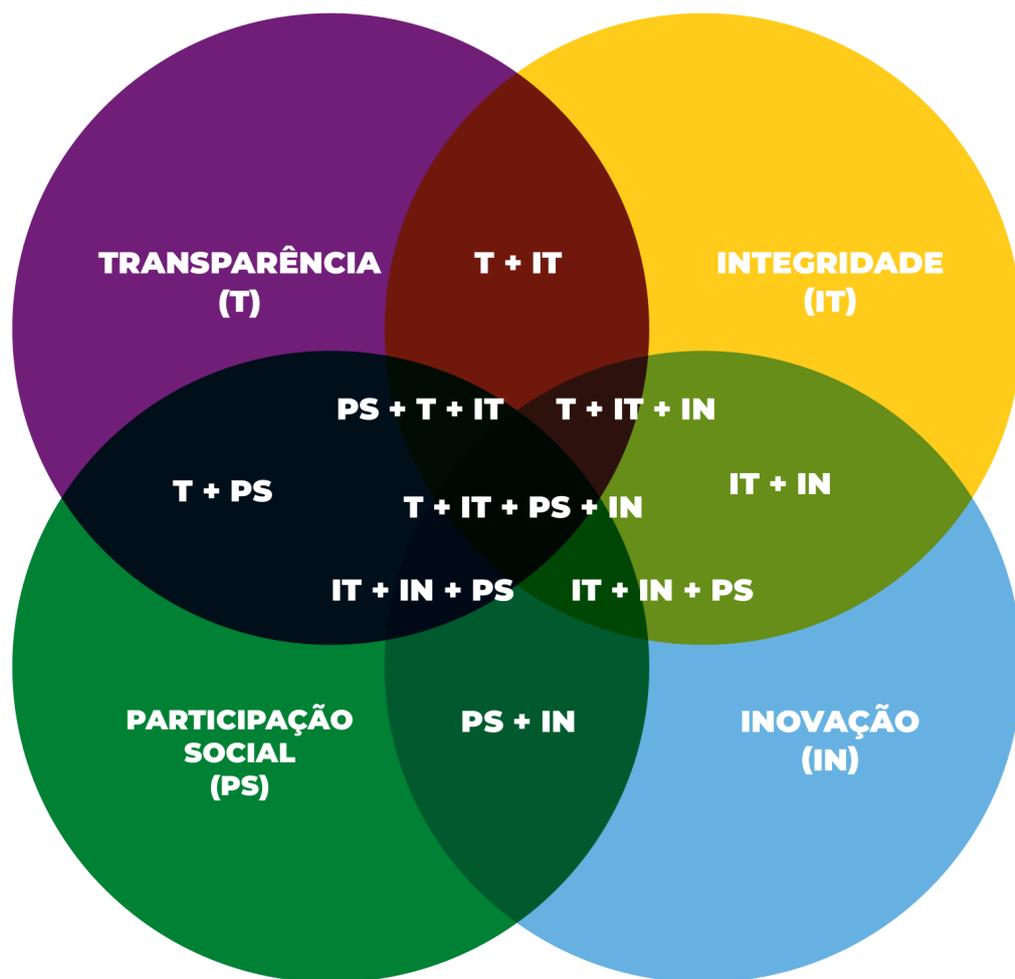
Apesar das orientações para o desenvolvimento de práticas de governo aberto, a articulação com a Agenda 2030 não está consolidada. A sua integração como mecanismo para alcançar e monitorar os objetivos de desenvolvimento sustentável é um desafio. Ao longo dos anos, o Brasil vem apresentando propostas para atender os compromissos firmados nos Planos de Ação.

É POSSÍVEL ACOMPANHAR OS AVANÇOS DOS COMPROMISSOS DA PARCERIA DE GOVERNO ABERTO NO BRASIL A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO.

No entanto são principalmente as iniciativas locais que têm desenvolvido uma variedade de experiências que oferecem caminhos inovadores para a participação qualificada, potencializando, portanto, a construção de um repertório de possibilidades efetivas para o acompanhamento dos ODS.

Apresentaremos a seguir uma sistematização de iniciativas de governo aberto que podem contribuir para a construção de um repertório de práticas inovadoras que possibilitam o impulsionamento e monitoramento dos diferentes objetivos da Agenda 2030. Propomos diferentes tipos de mecanismos de Governo Aberto, dessa maneira, é possível avançar em recomendações à sociedade civil e gestores públicos sobre práticas de governo aberto para implementação, avaliação e monitoramento dos ODS.

Sabemos que o conceito de governo aberto é uma ideia que pode abranger muitas definições. No entanto, esta publicação define o conceito a partir das 4 dimensões - Transparência, Integridade Pública, Participação Social e Inovação Tecnológica. Dos aproximadamente 130 casos analisados, a maioria contempla mais de uma dimensão, mas, em certo sentido, observamos que cada caso pode ser caracterizado mais fortemente em uma delas. Olhando a figura abaixo podemos imaginar os múltiplos desenhos possíveis para as iniciativas de governo aberto a partir de seus princípios.



Um exemplo prático da intersecção das dimensões é a disponibilização de dados confiáveis e abertos sobre os atos da administração pública, uma das bases do princípio da Transparência. Isso acontece, por exemplo, quando tais dados são utilizados para fiscalizar o andamento de obras públicas ou a execução de contratos. Nesta conformação, essas ações aproximam-se da dimensão Integridade Pública, pela qual procura-se garantir o uso responsável e ético dos recursos públicos e controlar como os atos públicos são executados.

Uma vez que os dados são utilizados para fiscalização, configurando uma ação que envolve as dimensões Transparência e Integridade Pública, podemos imaginar que, para serem apresentados de forma mais amigável e para cruzar dados de diferentes bases, estes também acabam se tornando um mecanismo de governo aberto que perpassa a dimensão de Inovação Tecnológica. Da mesma maneira, muitas vezes é por meio da dimensão da Participação Social, e em especial pelas ações de ativismo de dados, que os dados abertos são apropriados para produzir novas abordagens para os serviços públicos e para os programas governamentais, a depender da responsividade dos governos nessas iniciativas. A partir desse exemplo, fica claro o desafio de modelar de forma criativa os novos mecanismos de governo aberto a partir das diferentes dimensões e das realidades locais para que os objetivos e metas da Agenda 2030 possam ser efetivados.

TRANSPARÊNCIA

Quais exemplos de iniciativas de transparência contribuem para a construção de um repertório de práticas inovadoras que possibilitem impulsionar e monitorar os ODS?

Tipo de Iniciativa	Descrição	Exemplos
Transparência Ativa	Iniciativas que envolvem a abertura de dados públicos em todas as áreas de políticas públicas, executadas pela administração pública. Geralmente, os portais de transparência e plataformas de dados abertos são os mais disponibilizados.	Portais de Transparência; Plataformas governamentais de Dados Abertos; Sistemas de Informação ao Cidadão (SIC); Portais de Compras Públicas; Portais de Execução de Obras Públicas; Portal do Observatório de Indicadores da Cidade de Niterói.
Transparência Passiva	Iniciativas que envolvem a abertura de dados públicos quando os órgãos públicos são acionados pela sociedade a disponibilizar informações. Geralmente são projetos da sociedade civil organizada voltados à transparência dos dados.	Querido Diário; Queremos Saber; Plataforma Meu Município; Plataforma Tá de Pé Merenda; Plataforma Tá de Pé Compras Emergenciais.
Justiça Aberta	Iniciativas que envolvem a transparência e abertura de dados das ações do Poder Judiciário.	Transparência no Sistema de Justiça Argentina; Plataforma DadosJusBR.
Ciência Aberta	Iniciativas de órgãos governamentais de ciência e tecnologia na promoção da natureza colaborativa da pesquisa e na democratização do acesso e uso do conhecimento científico.	Repositório IBICT; Bancada de Hiperobjetos - UFRGS; GalaxyZoo.

Quando pensamos nos mecanismos de transparência, muitos deles tratam sobre como as informações das atividades de governo e de agentes não-governamentais devem ser abertas, fáceis de entender, acessíveis e atender a uma estratégia de dados abertos. Dados confiáveis são disponibilizados com vistas à prestação de contas dos atos, dos orçamentos, dos contratos e de outras ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável. E, mais do que isso, esses mecanismos sugerem como os dados abertos podem ser ferramentas para envolver e educar os cidadãos e organizações e garantir a colaboração na formulação e execução de programas e políticas. Além disso, a dimensão Transparência também diz respeito a estratégias de monitoramento e avaliação do cumprimento dos objetivos, por meio da consensualização de indicadores de impacto e de estratégias de comunicação dos resultados atingidos.

Em relação aos dados abertos em governos e administrações públicas, essas instituições podem ter uma postura ativa - a transparência ativa -, quando disponibilizam dados e informações públicas pelas vias oficiais, executando um plano de dados abertos e criando plataformas, canais de comunicação, entre outras ferramentas de transparência. Um exemplo classificado como transparência ativa é o Portal do Observatório de Indicadores da cidade de Niterói do estado do Rio de Janeiro (ObservaNit). O portal disponibiliza indicadores de acompanhamento dos resultados das principais políticas públicas do município que auxiliam os gestores na tomada de decisão e permitem à sociedade civil acompanhar os resultados das ações da Prefeitura. Por exemplo, um dos indicadores mais acessados segundo o portal é o de taxa de homicídio - letalidade violenta, por 100 mil habitantes. O ObservaNit contou com a colaboração da Onu-Habitat que contribuiu para realizar a aderência dos indicadores municipais às metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Por outro lado, governos exercem postura passiva quando acionados por organizações da sociedade civil e cidadãos a disponibilizar dados que não são encontrados nos canais oficiais ou ainda quando os dados da administração pública são disponibilizados pelas próprias organizações da sociedade civil, sem atuação dos governos (transparência passiva). Nesse último caso, um exemplo é a plataforma Querido Diário desenvolvida pela organização Open Knowledge Brasil. Essa iniciativa disponibiliza conteúdos dos diários oficiais dos municípios a partir de uma busca pelo usuário por meio de palavras-chaves e outros filtros como período e município. O Querido Diário é um projeto de código aberto, desta forma qualquer pessoa interessada pode colaborar com o seu aprimoramento.

Em outros casos, mais direcionados a uma área específica dentro da Transparência, podemos citar iniciativas que promovem a Justiça Aberta e a Ciência Aberta. No que diz respeito à Justiça Aberta, são disponibilizadas informações sobre ações relativas ao Poder Judiciário especificamente, podendo revelar questões tanto processuais como relativas aos gastos públicos. A DadosJusBr, por exemplo, promove o acesso a dados relativos às remunerações dos atores do sistema judiciário e os repasses da União aos órgãos: quais auxílios e seus respectivos valores os juízes recebem? Quanto além do salário um funcionário recebeu em determinado mês? Quanto um órgão gastou em determinado mês? São exemplos de questões possíveis de serem respondidas a partir dos dados disponíveis na plataforma. A DadosJusBr é uma iniciativa desenvolvida pela Transparência Brasil, Universidade Federal de Campina Grande e o Instituto Federal de Alagoas.



Já o tipo de transparência de Ciência Aberta inclui práticas de compartilhamento de informações, dados e resultados decorrentes de pesquisas científicas de forma que sejam acessíveis, confiáveis, colaborativas e inclusivas. O compartilhamento do conhecimento científico e sua produção colaborativa contribui para responder a emergências globais e aumentar a resiliência das sociedades. A Bancada dos Hiperobjetos, por exemplo, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é uma infraestrutura utilizada principalmente para projeto e materialização de objetos que se propõe a facilitar o livre compartilhamento e a livre colaboração para o desenvolvimento de hardware. Ela é composta por ferramentas para desenhos e simulações de objetos e máquinas de fabricação, como impressoras 3D.

Um recurso interessante para pensar sobre abertura de dados pode ser encontrado no site do *Open Knowledge Foundation*, no qual é destacado como o significado de “aberto” vai além da informação em si e depende de como os formatos e as licenças abertas garantem a possibilidade de qualquer pessoa acessar, modificar e compartilhar dados de forma livre.

Outra referência importante é o esquema das Cinco Estrelas, proposto por Tim Bernes-Lee, que pode ser melhor conhecido em <https://5stardata.info/>.

Para Tim, um plano de dados abertos deve projetar o nível de abertura e disponibilização dos dados a partir do seguinte esquema: uma estrela, disponibiliza-se os recursos na Internet sob uma licença aberta; duas estrelas, os dados estruturados também ficam disponíveis, em vez de um tabela em um PDF, abre-se os dados em uma planilha estruturada; três estrelas, a preocupação é em dispor por meio de formatos não proprietários, ou seja, em vez de Excel abrir os dados em CSV; quatro estrelas, usa-s URIs (identificadores) para os recursos que são disponibilizados, proporcionando assim a ligação deles com outras informações na Web; e cinco estrelas, os dados são hiperlinkados com outras informações para criar uma teia de contexto.



INTEGRIDADE PÚBLICA

Quais exemplos de iniciativas de integridade pública contribuem para a construção de um repertório de práticas inovadoras que possibilitem impulsionar e monitorar os ODS?

Tipo de Iniciativa	Descrição	Exemplos
Controle Social do Legislativo	Iniciativas de acompanhamento do legislativo que buscam coletar, organizar e disponibilizar informações sobre a atuação de atores políticos.	A Quienes Elegimos; Visión Legislativa; Congreso Visible; UY Check.
Índices de Transparência	Iniciativas que buscam avaliar a qualidade dos dados públicos disponibilizados por meio da criação de escalas e rankings de transparência.	Transparência Covid-19 3.0; Escala Brasil Transparente; Ranking de Transparência.
Capacitação para Governo Aberto	Iniciativas que buscam capacitar a sociedade civil e outros entes para o uso de ferramentas e técnicas de coleta, visualização e interpretação de dados públicos.	Escola de Dados (Open Knowledge Brasil); Meetup Café de DATA; Open Data Day; Programa Município Transparente; Time Brasil (CGU).
Controle Social de Recursos Públicos	Iniciativas da sociedade civil que buscam acompanhar a aplicação de recursos públicos na execução de licitações e obras públicas com o objetivo de fortalecer a transparência e accountability.	Poder Ciudadano (Argentina); Lupa sobre la transferencia; Ranking de transparência no combate à Covid-19; Observatório Social de Lajeado; Obra Transparente; Chatbox pelo Whatsapp Tá de Pé. Cuidando.vc.
Ativismo de Dados	Iniciativas que buscam disponibilizar dados públicos de uma forma a facilitar o acesso a eles. Projetos da sociedade civil que procuram tornar os dados amigáveis e construir análises a partir de cruzamentos de bases de dados.	Directorio Legislativo; Brasil.io; Meu Município; Apolinar.io; Control Ciudadano; CartoCrítica.

As iniciativas de integridade pública têm por finalidade possibilitar mecanismos de controle e promoção da ética, visando o fortalecimento da gestão e a defesa daquilo que é público. Tem relação direta com transparência, mas vão além, ampliando as estratégias de abertura de dados com mecanismos de controle interno e externo dos atos públicos.

Observamos que a maioria das iniciativas partem das ações da sociedade civil organizada, que buscam exercer um controle social externo aos governos. No geral, tal controle tem como base a efetividade das ações, ou seja, um monitoramento do processo com vistas ao resultado, para verificar se as ações estão cumprindo com seus objetivos. É neste sentido que as iniciativas de integridade pública se colocam como de ampla possibilidade para acompanhar a Agenda 2030 por pretenderem além de evidenciar a quantidade de recursos destinados para determinada área, também mostrar quantas pessoas foram beneficiadas pela ação. Exemplo: saber quantas crianças fizeram refeições na escola ou, até mesmo, a quantidade de merenda que é fundamental para garantir a nutrição das crianças.

Nesse sentido, o tipo Controle Social do Legislativo, por exemplo, possibilita que a sociedade acompanhe ações e atuações que impactam diretamente suas vidas. Grande parte das atividades desenvolvidas no país perpassa, de alguma forma, projetos de lei, logo, o monitoramento das ações parlamentares são estrategicamente importantes na medida em que contribuem para incidir nos processos de decisão. Por outro lado, ao eleger programas de governo que estejam associados às necessidades de grupos específicos, tal monitoramento torna-se importante para avaliar a atuação dos políticos eleitos. Nesse caso, podemos usar como exemplo a iniciativa “A Quienes Elegimos” desenvolvida pelo Centro de Información y Recursos para el Desarrollo (CIRD) do Paraguai, uma plataforma onde se pode ter informações sobre candidatos e políticos eleitos, suas trajetórias, propostas e atuação legislativa a nível nacional e local, com o objetivo de realizar um acompanhamento da efetividade das promessas eleitorais.

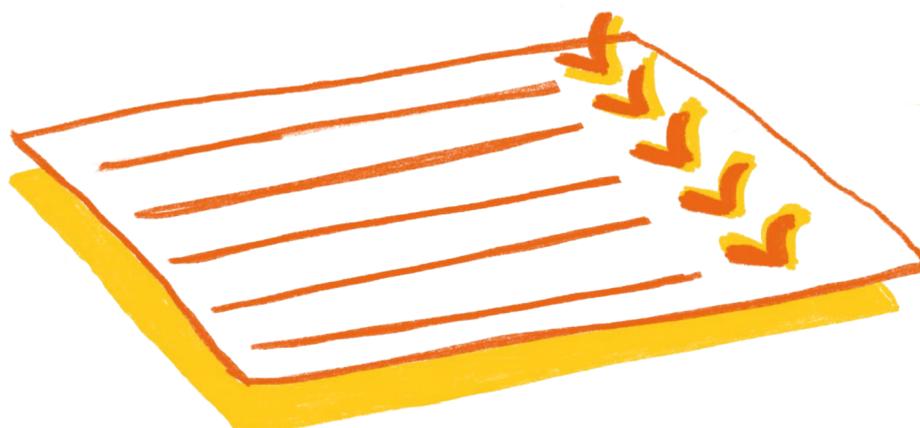
No que diz respeito ao tipo Índices de Transparência, são iniciativas que avaliam a qualidade dos dados públicos disponibilizados. Existe nesse caso a disponibilização de dados estruturados e de fácil acesso que, em alguma medida, a partir de uma métrica estabelecida, possibilitam a compreensão da veracidade dos dados disponíveis, algo fundamental para o combate à desinformação. No contexto de pandemia esse recurso foi muito relevante para a validação das informações a respeito da Covid-19, nesse sentido, o Índice de Transparência da Covid-19, uma iniciativa da Open Knowledge Brasil (OKBR), avalia a qualidade dos dados relativos à pandemia que são publicados pela União e pelos estados, constituindo inclusive um ranking dos estados a partir de uma escala de níveis de transparência.

O tipo Capacitação para Governo Aberto, a partir da orientação sobre como fazer o uso de ferramentas de coleta, visualização e interpretação de dados públicos, vem suprir uma necessidade imperativa da qualificação da participação social. Por um lado, gestores e a sociedade no geral devem ter a habilidade necessária para a disponibilização dos dados, por outro, a transparência não é suficiente isoladamente, ou seja, são necessárias habilidades para que os dados disponíveis sejam compreendidos e com eles (a partir de um uso estratégico) seja possível incidir na realidade. Um exemplo de iniciativa voltada à capacitação tanto para gestores quanto para sociedade civil é o **Programa Município Transparente** desenvolvido pela Agenda Pública em conjunto com o Instituto Ethos e financiado pela Techint Engenharia e Construção, desenvolvido em cidades como

Patrocínio e Serra do Salitre, no estado de Minas Gerais. O programa tem o objetivo de desenvolver capacidades institucionais das gestões municipais e o empoderamento dos cidadãos na busca por seus direitos, por meio de ações que estimulam a implementação e o aprimoramento de mecanismos de transparência e integridade na gestão pública. Como resultados diretos dessa iniciativa, Serra do Salitre aumentou sua nota no Índice Cidades Transparentes. O avanço no índice chegou a 232%.

No Controle Social de Recursos Públicos a sociedade ao acompanhar a aplicação de recursos públicos na execução de licitações e obras públicas consegue monitorar possíveis irregularidades e, de modo geral, onde e como o dinheiro público está sendo gasto. Podemos citar como exemplo a iniciativa Cuidando meu Bairro (cuidando.vc) desenvolvida em parceria pelo COLAB-USP e o Observatório Social do Brasil - São Paulo, uma plataforma que apresenta os dados dos gastos públicos da cidade de São Paulo, de forma georreferenciada, com status em tempo real. A ferramenta também está integrada ao E-Sic da Prefeitura de São Paulo possibilitando que a complementação da informação sobre determinado gasto gere um pedido de informação via Lei de Acesso à Informação.

Por fim, as iniciativas de Ativismos de Dados facilitam o acesso aos dados públicos por meio da tradução destes dados em linguagem mais acessível e compreensível aos diferentes públicos. Novamente, reforça-se a ideia de que apenas disponibilizar os dados não é suficiente, eles precisam ser inteligíveis. Um exemplo classificado no tipo Ativismos de Dados é o Brasil. IO, uma plataforma que torna acessível dados de interesse público. Os desenvolvedores chamam atenção para dificuldade de acesso aos dados, que na maioria dos casos não estão estruturados ou não possuem metadados que facilitam a extração, sendo muitas vezes acessado apenas por programadores. Essa iniciativa é colaborativa, desenvolvida através de software livre e disponibiliza bancos de dados para download sobre diferentes assuntos. Por ser colaborativa, quem tiver interesse pode propor novas bases de dados para estarem disponíveis na plataforma.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Quais exemplos de iniciativas de participação social contribuem para a construção de um repertório de práticas inovadoras que possibilitem impulsionar e monitorar os ODS?

Tipo de Iniciativa

Descrição

Exemplos

Deliberação participativa

Iniciativas para proporcionar um ambiente para a discussão, formulação e avaliação de políticas públicas de maneira colaborativa entre população e governo.

Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos;
Minipúblico Delibera Brasil;
Participa+ Brasil;
Participe+ São Paulo;
DemocracyOS;
VotenaWeb;
Plataforma Mudamos;
MejoraTuEscuela.org;
WikiLegis (Câmara dos Deputados);
Pauta Participativa (Câmara dos Deputados).

Formação para a cidadania

Iniciativas que buscam formar e capacitar lideranças comunitárias e demais cidadãos para uma atuação participativa e de fortalecimento do governo aberto.

Embaixadoras;
Agentes de Governo Aberto SP;
Fundación Conocimiento Abierto.

Mobilização comunitária

Iniciativas que buscam dar respostas às urgências sociais nas comunidades, por meio da ação articulada entre governos, cidadãos e organizações diversas. Tecnologias de mapeamento e organização de demandas são utilizadas como apoio.

Ocupa Mãe;
Panela de Pressão;
SocialLab.

Tecnologias cívicas

Iniciativas que buscam envolver a criação e disponibilização de tecnologias digitais para aproximar cidadãos de serviços prestados pelo poder público através de ferramentas tecnológicas.

Colab.Re;
FixMyStreet;
CONSUL;
Panela de Pressão (nossascidades.org).



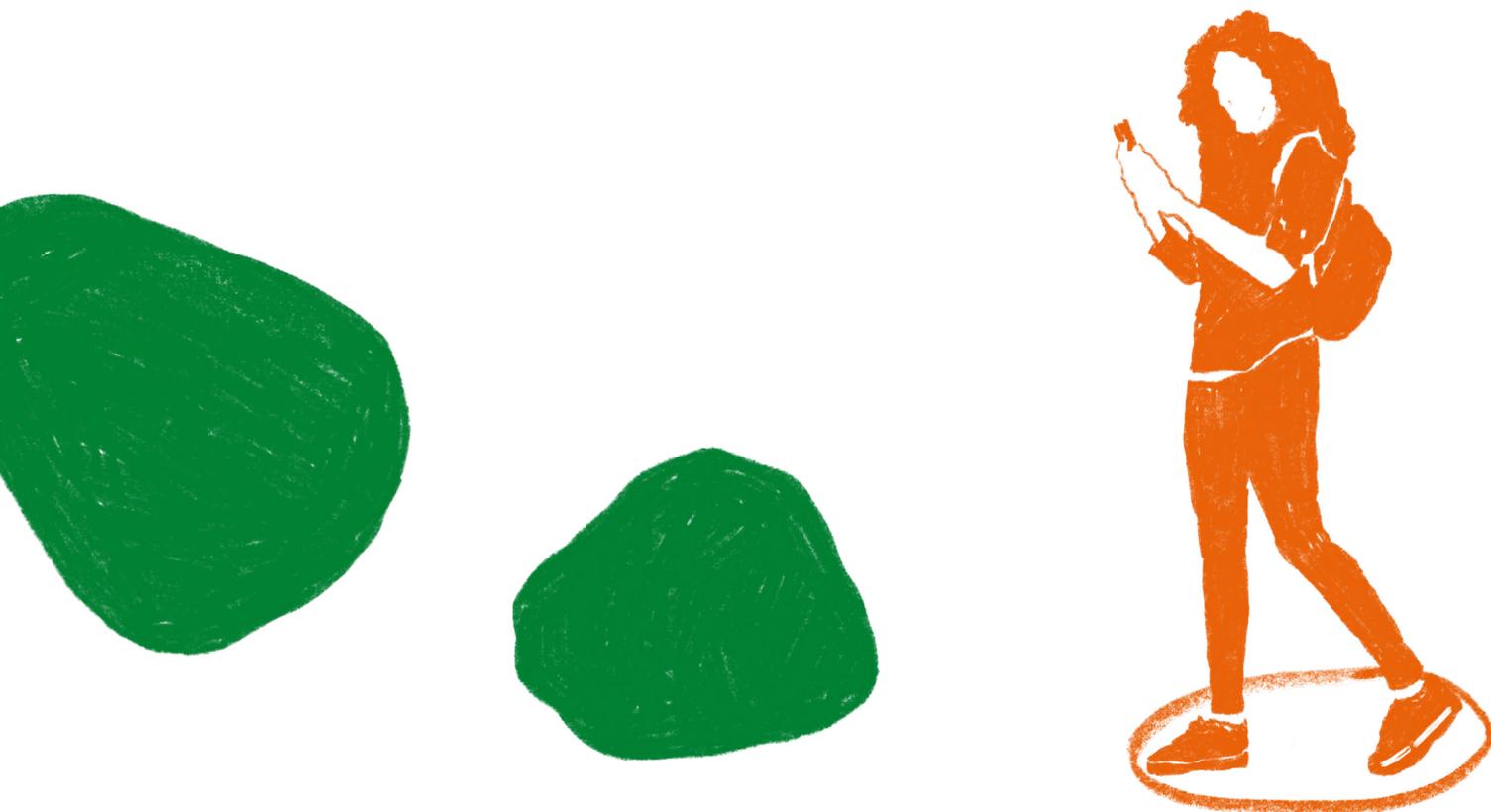
As iniciativas de participação social têm por finalidade democratizar a gestão pública e aproximar poder público e sociedade. Neste sentido, buscam-se iniciativas que refletem a mobilização da sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo e responsivo. Abrir canais de participação não necessariamente representa uma gestão participativa. As iniciativas classificadas nos tipos que correspondem à dimensão participação social do governo aberto são aquelas que corroboram a uma qualificação da participação e buscam efetividade.

O tipo de deliberação participativa proporciona um ambiente para a discussão, formulação e avaliação de políticas públicas, buscando aprimorar o processo de participação social e aproximando a sociedade civil do processo de decisão política. Um exemplo de deliberação participativa é a iniciativa Minipúblico, do Delibera Brasil, que é um grupo de cidadãos que passam por uma imersão sobre um determinado assunto de interesse. Nesse processo, há a participação de especialistas para fomentar a discussão. O grupo, a partir da discussão, busca soluções ao problema e ao final elabora um registro da deliberação com as recomendações do Minipúblico e os argumentos que as embasaram.

Já a categoria formação para a cidadania, diferencia-se da deliberação pela ênfase não na decisão, mas na característica educativa, ou seja, a capacitação à participação. Apenas ter disponível canais de participação não garante a sua efetividade. Primordialmente, é necessária sensibilizações e incentivos que garantam o engajamento da população, além disso, é importante a qualificação para que o uso das ferramentas disponíveis seja um potencializador de transformação e de garantia de serviços eficazes. Nesse caso, por exemplo, existe a iniciativa Embaixadoras que é uma rede que atua na ampliação do alcance da inovação cívica através do incentivo às tecnologias abertas promovendo eventos, compartilhando documentação de processos e integração da rede, construindo comunidades de colaboração.

Quando se fala em mobilização comunitária, duas características estão presentes: primeira, a especificidade dos problemas sociais das diferentes comunidades e, segunda, as urgências são do tempo presente, pois necessitam de respostas a curto prazo. As iniciativas mapeadas promovem a articulação entre governos, cidadãos e organizações diversas que contribuem para a organização dos moradores em ações comunitárias. Um exemplo de iniciativa desse tipo é o Painel de Pressão, um aplicativo que possibilita um contato direto com os tomadores de decisão da cidade. O Painel de Pressão foi criado e é mantido pela Rede Nossas Cidades.

A categoria tecnologias cívicas busca envolver a criação e disponibilização de tecnologias digitais para aproximar cidadãos de serviços prestados pelo poder público através de ferramentas tecnológicas. Nesse caso, um exemplo é a plataforma Colab.re na qual as pessoas podem postar demandas, responder a consultas e participar de missões (alguns desafios colaborativos). O Colab é uma startup que propõe aproximar os cidadãos dos governos através de uma ferramenta de tecnologia disponibilizada em um canal virtual.



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Quais exemplos de iniciativas de inovação e tecnologia contribuem para construção de um repertório de práticas que possibilitem impulsionar e monitorar os ODS?

Tipo de Iniciativa	Descrição	Exemplos
Inovação cidadã	Iniciativas que buscam fomentar a colaboração dos cidadãos na produção das políticas públicas e na prestação de serviços públicos. As iniciativas passam desde desafios para a resolução de problemas públicos levantados pelos governos, design participativo, laboratórios de inovação, hackatons, startups e outras ações.	Plataforma Frena La Curva; Laboratórios de inovação (Ex: O11Lab, ODSlab e MediaLabPrado - Madrid); Hackathons; Plataforma de Desafios Públicos - ENAP Brasil; Plataforma de Empreendedores Locais de Rosário - Argentina.
Tecnologias de Analíticas de Dados	Iniciativas para disponibilizar informações por meio digital que envolvem novas tecnologias de analíticas de dados, em tempo real e com territorialização dos dados, executadas tanto por governos quanto pela sociedade civil organizada. As tecnologias de dashboard ou relatório interativo e plataformas de cruzamento de dados abertos são ferramentas bastante utilizadas.	Plataforma QEDu; Plataforma PrevisIA; Plataforma Boi na Linha; Mapa da Violência de Gênero.
Serviços públicos digitais	Iniciativas governamentais de digitalização que inovam o acesso dos cidadãos a serviços públicos, na intenção de facilitar a execução de trâmites burocráticos, a solicitação dos serviços prestados e a oferta dos serviços.	DescomplicaSP; App Conecta.í; Gov.br; Balcão Virtual das Prefeituras.
Comunicação com Cidadãos	Iniciativas executadas por governos para orientar cidadãos em situações de emergência, como crises sanitárias e desastres ambientais. Utilizam-se meios mais diretos dos que os canais usuais do dia a dia das administrações públicas.	Chatbox Prefeitura de Buenos Aires AR; Apps Peru en tus Manos.

A dimensão Inovação e Tecnologia dentre os princípios de governo aberto foi comumente associada à inovação tecnológica, ou seja, em como a transformação digital poderia dar outros contornos a relação entre governos e cidadãos. Hoje sabemos que a inovação está além da tecnologia, mas passa marcadamente pelo uso de novas tecnologias e processos. A própria ideia de governo aberto como forma de governança pública que busca aproximar o governo e as políticas públicas da população pode ser uma inovação importante em muitos contextos, mas aqui estamos dando luz para iniciativas de governo aberto que inovam na visualização dos dados públicos disponíveis, na digitalização da oferta dos serviços públicos, na forma como os governos comunicam-se com os cidadãos e nos processos colaborativos de co-produção de políticas e serviços públicos.



A Inovação Cidadã abrange iniciativas nas quais governos buscam encontrar novas formas de realizar suas atividades, tendo como pressuposto a colaboração com empresas, indivíduos e organizações da sociedade civil. As iniciativas desse tipo são chamadas para solução de desafios públicos, design participativo, laboratórios de inovação, hackathons, startups e outras ações. Nessa categoria temos como exemplo, o Desafios ENAP que é uma iniciativa do laboratório de inovação em governo GNova da Enap, uma plataforma que contribui para que governos reenquadrem problemas e busquem soluções diretamente da sociedade através do crowdsourcing, por meio de concursos e premiações. Outro exemplo são os chamados ODSLab, laboratórios que focam na coprodução de soluções por meio de inovação aberta.

Já o tipo Tecnologias de Analíticas de Dados são as iniciativas que pressionam os governos à abertura de dados e, a partir desses dados, constroem plataformas de visualização e análise. Com o crescimento das inovações em Data Science, as tecnologias de inteligência analítica (em inglês, Analytics) popularizam técnicas estatísticas, de modelagem preditiva e machine learning para encontrar padrões e conhecimento significativos em dados. Desenvolvido e mantido pelo Imaflora, a plataforma Boi na Linha é um exemplo do tipo de tecnologia analítica de dados. Essa plataforma fornece acesso a sistemas, ferramentas, dados e informações técnicas para uma cadeia de carne bovina livre de desmatamento.

Quanto às iniciativas que se referem ao tipo Serviços Públicos Digitais, tratam-se dos esforços de digitalização e da oferta de serviços online. Frente à condição da maioria dos municípios, até mesmo a emissão de documentos pela internet pode ser uma inovação importante, mas se considerada a necessidade de uma estratégia de transformação digital a oferta de serviços digitais como virtualização dos trâmites burocráticos para quem tem as ferramentas necessárias para o uso é um passo importante. Por exemplo, no município de Itajaí em Santa Catarina há o aplicativo Conectaí, que facilita o acesso aos serviços municipais.

Por fim, as iniciativas pensadas como Comunicação com os Cidadãos indicam a necessidade de construir com certa agilidade novos meios de comunicação e relação com os cidadãos frente às emergências, como crises sanitárias e desastres ambientais. Há um exemplo no Perú, um aplicativo chamado Perú en tus manos, que informa a população sobre os cuidados em diferentes situações. Durante o contexto de pandemia, uma de suas funcionalidades foi advertir através de mapa de calor as zonas de maior contágio, bem como, precauções e cuidados para evitar o contágio.



NÃO ESQUECENDO DOS EFEITOS DA PANDEMIA...

Com os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 que agravaram as desigualdades já existentes, a OGP lançou a campanha “Open Response + Recovery + Renewal” destacando que os pilares do Governo Aberto são fundamentais para encontrar soluções aos diferentes problemas que hoje a população mundial enfrenta. Nessa campanha destacam-se quatro dimensões que contribuem para uma melhor democracia a serviço da cidadania frente à conjuntura das consequências da pandemia. São elas: Fortalecer a transparência e accountability; Enfrentar as desigualdades sistêmicas; Proteger a democracia e o espaço cívico e Aumentar a participação social.

Se olharmos os fundamentos do Governo Aberto e compararmos com as dimensões da campanha da OGP, vemos que as ações em torno da Transparência e Accountability e da ampliação da participação social são compromissos mais arraigados na trajetória das práticas de Governo Aberto. A campanha da OGP que aborda estratégias para o enfrentamento às desigualdades sistêmicas e para a proteção da democracia revela, em certo sentido, os impactos da pandemia para o campo do Governo Aberto. A necessidade de isolamento e limitação das movimentações sociais e econômicas aprofundaram desigualdades históricas, bem como configuraram a degradação de direitos de grande parte da população. Além disso, restrições democráticas impactaram o exercício de direitos políticos e liberdades de organização por parte de governos antidemocráticos, o que levou a necessidade de novas práticas de defesa de ativistas, jornalistas e cientistas para a garantia do ambiente democrático e constitucional.

O contexto da pandemia exigiu que novos arranjos sociais e novas formas de mobilização fossem construídos. Por um lado, a sociedade civil mobilizou-se pela distribuição de recursos materiais para os que mais necessitam (desde de cestas básicas, oferta de materiais de higiene, ações comunitárias de saúde, etc.) e utilizou tecnologias colaborativas para organizar as pessoas nos territórios e organizar digitalmente a oferta de serviços de pequenos empreendedores, com plataformas de serviços locais. Por outro lado, os governos comprometidos com a superação da crise sanitária tiveram que reinventar as ações das políticas executadas, tentando comunicar-se melhor com a população e mobilizando-a para construir em conjunto saídas efetivas para as dificuldades implicadas pelas urgências sociais.

Os efeitos da pandemia fizeram com que os governos tivessem que superar as restrições impostas pela crise sanitária, impactando em mudanças para a continuidade das ações governamentais e intensificando os processos de digitalização dos serviços ofertados. Novos serviços digitais tiveram que ser implementados a fim de facilitar trâmites administrativos sem sair de casa e outros tipos de relação do cidadão com a administração pública. Se as iniciativas de dados públicos abertos, de justiça aberta e mesmo dos outros poderes do Estado garantiam a abertura de dados públicos e a transparência da execução das ações governamentais, geralmente por meio de portais de transparência e plataformas de dados abertos, o contexto da pandemia forçou a realização de novas formas de comunicação com a sociedade e de disponibilizar os serviços de saúde. Assim, observamos que as orientações aos cidadãos para o enfrentamento à propagação da COVID19 tiveram que assumir novas feições: mesmo que se tenha dado continuidade ao meio telefônico como forma de contato, foram disponibilizados chatbox (Whatsapp e Facebook), aplicativos para dispositivos móveis e campanhas em mídias sociais para orientar cidadãos.

Além disso, houve um apelo para tornar-se pública a dimensão da pandemia por meio da quantificação e territorialização dos casos, das internações e dos óbitos, surgindo muitos dashboards (alguns com dados em tempo real), mapas e plataformas de dados abertos como ferramentas de transparência. Nesse cenário, observou-se também a pressão para que as ações governamentais de enfrentamento fossem melhor publicizadas, exigindo-se abertura dos contratos, doações de terceiros, compras governamentais e outros tipos de atos governamentais. Da mesma forma que a sociedade civil já fazia monitoramento e abertura de dados em situações em que a transparência governamental era precária, a pandemia também fez aparecer estratégias da sociedade civil para monitorar e acompanhar os dados da vacinação, dos contratos públicos, dos leitos disponíveis, bem como dos casos, a exemplo do Brasil, onde houveram embates sobre a divulgação dos número de casos diários e óbitos decorrentes da pandemia.

Fica evidente que o contexto da pandemia trouxe certo incremento na abertura de dados públicos por novas tecnologias digitais e pela digitalização dos serviços públicos. Dados abertos em plataformas e dashboards, infraestrutura em nuvem, aplicativos móveis, webapps, chatbots, inteligência artificial e blockchain projetam-se como novos arranjos de tecnologias utilizados pelos governos e pela sociedade civil organizada.

● SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DA AGENDA 2030 A PARTIR DE INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO

Dada a situação descrita na seção anterior, especialistas foram convidados a apresentar algumas orientações sobre como qualificar a sociedade civil e os gestores na implementação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir das iniciativas de Governo Aberto.

A importância das iniciativas de Governo Aberto

A Agenda 2030 tem como lema central a expressão “ninguém será deixado para trás”, sua implementação efetiva passa, portanto, por políticas que atendam às necessidades dos seus públicos alvo (Marcelo de Medeiros – Imaflora). O Estado costuma atender às demandas dos setores que têm maior poder político. Há, portanto, segmentos sub-representados, por isso a importância da participação, ou seja, políticas voltadas a mitigar a sub-representação (Euzébio Jorge – USP).

Por outro lado, a implementação da Agenda 2030 compreende uma lista de tarefas coletivas, ou seja, devem ser cumpridas pelos governos, mas também pela sociedade civil, incluindo o setor privado e no geral todos os cidadãos. Nesse sentido ela depende de uma colaboração multisetorial (Fabro Steibel - ITS Rio).

A interface entre Governo Aberto e a Agenda 2030 está principalmente na potencialidade da promoção desses encontros. O Governo Aberto se traduz principalmente na co-criação de soluções a partir do desenvolvimento de políticas, programas, projetos e até mesmo de agendas internacionais (Marcelo de Medeiros – Imaflora).

A novidade do conceito em relação às políticas públicas é que, considerados seus fundamentos em conjunto, fornecem um referencial sobre as condições necessárias para a elaboração e implementação de políticas públicas, na medida em que permitem a construção de soluções com maior legitimidade e efetividade. Legitimidade, porque a participação de atores plurais na tomada de decisões, sobretudo aqueles que são afetados por elas, aliada ao acesso à informação qualificada, permite afinar a atuação do Estado com as necessidades da população. Efetividade, porque o monitoramento da sociedade civil e de instituições de controle pode aprimorar as políticas públicas para que atinjam seus objetivos e metas, replicar experiências bem-sucedidas e evitar erros cometidos no passado (Bruno Vello – Imaflora).

No entanto, é importante destacar que muitas vezes não há de fato a colaboração entre governos e a sociedade civil no que diz respeito a coprodução de soluções. À medida que os espaços tradicionais de participação foram percebidos como ineficientes, no sentido de não contemplarem todas as necessidades, e que essa forma de participação envolve muitos custos, parte da sociedade civil passa a preservar sua autonomia e deixa de dar centralidade à presença nesses espaços. Passa-se a uma atuação política alternativa aos espaços dos conselhos, por exemplo, pode-se dizer que há certa recuperação do espaço societário. As experiências de Governo Aberto estão mais no campo da atuação das organizações da sociedade civil, que têm garantido parâmetros mínimos de abertura de governo, algum nível de inovação, transparência e acesso à informação (Wagner Romão – Unicamp).



A Agenda 2030 é múltipla, por isso é necessário que haja participação efetiva da sociedade em cada um dos eixos, que não seja especificamente iniciativas governamentais. Nesse caso, há interface direta com Governo Aberto pois estimula a mobilização social. O conceito contribui com a Agenda 2030 no eixo estratégico da relação com a sociedade civil, ou seja, é uma chamada à sociedade civil para atuar nos diferentes temas. Tal atuação por vezes terá conexão com governos e em outras não terá. A sociedade civil, portanto, atua muitas vezes “por si própria”. Cada setor da sociedade vai incidir naquele tema que lhe cabe, que lhe é mais caro (Wagner Romão – Unicamp). A pauta de Governo Aberto evoluiu bastante a nível nacional. Mas quando falamos em implementação de políticas públicas também falamos em âmbito subnacional – estados e municípios. Sendo assim, difere-se muito no nível local sobre como é feita a política de governo aberto. É preciso avançar no nível subnacional e na articulação entre União, estados e municípios (Juliana Sakai – Transparência Brasil).

Diante do exposto, serão apresentadas a seguir sugestões dos especialistas para avançar na implementação e monitoramento da Agenda 2030 a partir de iniciativas de Governo Aberto, de acordo com cada área essencial que se estruturam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Sugestões - Pessoas

Juliana Sakai (Transparência Brasil)

Padronização das informações: é necessário uma padronização das informações, pois a falta dela ocasiona a dificuldade para comparar os dados entre os níveis federal, estadual e municipal.

Análise da execução e acompanhamento de políticas públicas: são necessárias medidas para tornar o gasto público mais eficiente por meio de uma análise de execução de políticas públicas em todo território nacional. Da mesma forma que houve a unificação de contratações, por meio do portal

(referente às licitações), devemos pensar em quais outros indicadores da política pública que a gente precisa ter para fazer uma avaliação nacional e comparar entre municípios e estados tudo que está sendo feito. A partir disso, é necessário melhorar também o acompanhamento da execução das políticas a partir da criação de indicadores, e a construção de uma uniformidade para ter uma avaliação de todo território.

Sugestões - Planeta

Marcelo de Medeiros e Bruno Vello (Imaflora)

Políticas públicas complementares e multissetoriais: a solução dos problemas complexos referentes à degradação ambiental exige políticas públicas complementares e multissetoriais. Mais especificamente, é necessário garantir a complementaridade entre políticas de fiscalização ambiental, definição de boas regras de proteção ambiental em áreas públicas e também terras privadas, além de incentivos para a adoção de boas práticas agropecuárias e manejo florestal. Em outras palavras, é preciso um sistema que eleve os riscos dos agentes que atuam na irregularidade e desmatam de maneira ilegal, associado a ações que incentivem e viabilizem a atuação dentro das regras.

Transparência pública e abertura de dados: práticas de transparência e dados abertos, participação social e prestação de contas são todas indispensáveis para garantir a construção dessas soluções complexas. Por exemplo, hoje temos diversas iniciativas de setores variados que buscam contribuir para o combate da degradação ambiental. São instituições de controle, organizações da sociedade civil, empresas, organizações do setor financeiro, grupos de pesquisa e meios de comunicação. E fazem isso a partir de atividades como o aprimoramento de processos de fiscalização e responsabilização pelo desmatamento ilegal, a produção de conhecimento técnico e científico sobre o desmatamento e suas causas, a formulação de compromissos públicos sob responsabilidade do setor privado e a incidência sobre políticas públicas. Um insumo básico dessas iniciativas é o acesso a dados e informações ambientais, muitos dos quais são produzidos pelo poder público. É a transparência pública e a abertura de bases de dados públicas que irão viabilizar seu trabalho.

Comunicação com uma linguagem adaptada: é necessário identificar as barreiras para a participação, por exemplo, povos indígenas, comunidades tradicionais, não têm acesso à internet. Além disso, os documentos têm uma linguagem muito técnica. Assim, deve-se pensar em formas de comunicação que atinjam esse público – povos indígenas utilizam muito rádio, por exemplo. O Instituto Socioambiental, desenvolveu um aplicativo para comunidades tradicionais e povos indígenas que é similar a uma rádio, são podcasts de poucos minutos, eles tem parcerias com rádios das comunidades, assim apresentam um levantamento e um repasse do que está acontecendo em Brasília que os impactam diretamente.

Construção de um modelo para alcançar as metas da Agenda 2030: é necessário a construção de um modelo para atingir as metas da Agenda 2030. Uma inspiração para isso pode ser o modelo da Open Government Partnership.

Aproveitar o potencial dos órgãos de controle: aproveitar o potencial e estrutura dos órgãos de controle como os tribunais de contas.

Monitoramento em diálogo com as comunidades: combater desmatamento, mineração ilegal, invasão de terra indígena e proteger as comunidades vulneráveis necessitam de ações rápidas. O desenvolvimento de aplicativos de monitoramento que conectem comunidades pode ser uma possibilidade que atenda esses desafios.

Sugestões - Paz

Melina Risso (Instituto Igarapé)

Medidas baseadas em evidências: para possibilitar medidas baseadas em evidências é crucial que os órgãos criem estratégias de compartilhamento de dados seguindo como base uma conceituação única e padronizada dos dados para elevar o nível de comparabilidade. Também, deve ser possível rastrear as informações de todo o ciclo da segurança pública. Para efetivar a adoção de medidas baseadas em evidências é crucial a capacitação técnica para trabalhar as informações e formular políticas públicas.

Política intersetorial focalizada: atualmente, são realizadas políticas setoriais e não intersetoriais. No entanto, para prevenir a violência e alcançar a paz é necessário que haja um compartilhamento e cruzamento de dados entre diversos setores, tais como educação, saúde, segurança e assistência social. Além disso, as ações que dão resultados são as focalizadas no território, no público ou no comportamento, neste sentido, é necessário esse nível de desagregação de dados para atender ao problema. Para possibilitar as ações localizadas é preciso pensar a governança federativa, pois os municípios alimentam os bancos de dados, mas não recebem de volta o dado ou a informação para ser trabalhada no local de implementação da política.

Sugestões - Prosperidade

Euzébio Jorge (USP)

Canais de participação que atendam as especificidades dos setores sub-representados: quando o Estado realiza políticas universalizantes sem se preocupar com as especificidades, a capacidade do gasto público em gerar renda edesenvolvimento local é menor.

Cidades inclusivas: uma cidade desigual, que impele a população mais pobre e a população trabalhadora para as periferias é extremamente ineficiente. Pessoas sentem-se cansadas quando gastam horas dentro de um transporte público caro e lotado. Isso é altamente ineficiente do ponto de vista econômico e expressa não só a desigualdade mas também a incapacidade

econômica de dinamizar a cidade. Então, a redução da desigualdade cumpre o papel dinamizador, gerando a possibilidade dessa população transitar mais na cidade, consumir bens e serviços de uma forma a produzir também emprego e renda.

Inserção dos setores sub-representados na elaboração do orçamento público: construção de uma definição política de que os setores sub-representados precisam conseguir incidir efetivamente como vai ser gasto o dinheiro público e que tipo de canais de interlocução vão ser gerados e criados.

Sugestões – Parceria

Wagner Romão (Unicamp)

Canais de interlocução: nossa democracia é de representação, e como representação tem que ter o mínimo de canais de interlocução entre representados e representantes.

Ações multissetoriais: ações propostas a partir da triangulação universidade – governo municipal – sociedade civil.

Criação de setor especializado em divulgação de dados: a legislação de acesso à informação prevê que haja de fato o compartilhamento dos dados, mas é necessário que o Estado esteja preparado para desempenhar tal tarefa, em especial, os municípios. Ou seja, necessita-se de servidores e gestores capacitados. Logo, deve-se criar burocracias para essa capacitação, a contratação de gestores com a habilidade necessária, ou ainda compor parcerias estruturadas com organizações da sociedade civil para oferecer o instrumental, tudo previsto no orçamento.

Divulgação de espaços de participação social: agenda de visibilidade de espaços de participação social – as pessoas podem não participar, mas elas precisam ser pelo menos informadas sobre as possibilidades – importância da publicidade das ações.

Garantir a continuidade das ações: é preciso pensar na sustentabilidade financeira das ações – é muito custosa a participação de iniciativa da sociedade civil.

ORIENTAÇÕES EM COMUM A TODOS OS 5Ps

- Padronização dos dados
- Intersetorialidade – compartilhamento entre os diferentes setores/órgãos
- Ênfase na comunicação/publicização dos canais de participação e ações desenvolvidas
- Adequação às especificidades/necessidades de cada grupo
- Capacitação/Formação para produzir e lidar com as informações



MATRIZ DE ARTICULAÇÃO

A partir da classificação de iniciativas de Governo Aberto e sua articulação com as áreas essenciais que estruturam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, segue abaixo uma matriz de articulação em que apresenta-se a sistematização dos cruzamentos entre os 5Ps da sustentabilidade e os fundamentos do Governo Aberto.

EIXOS DO GOVERNO ABERTO

	Transparência	Integridade Pública	Participação Social	Inovação
Pessoas	<p>Será que as iniciativas de dados abertos existentes estão disponibilizando informações suficientes para avaliarmos as metas ligadas à erradicação da pobreza e da fome e aos direitos básicos, como saúde, bem-estar e educação? E os dados que incidem sobre políticas de igualdade de gênero? O desafio é criar indicadores comuns para acompanhar e comparar as políticas públicas nessas áreas em todo o território nacional.</p>	<p>Estratégias de unificação de dados como o Portal de Compras Públicas, que unifica os processos licitatórios do país, já é uma realidade. O próximo passo é avançar na possibilidade de comparar os gastos públicos e os resultados das políticas públicas em que os recursos são alocados.</p>	<p>A construção de metodologias e métricas padronizadas para a geração e disponibilização de dados passa necessariamente por uma agenda de mobilização nacional, em que diferentes agentes estejam envolvidos na proposição e consolidação da estratégia.</p>	<p>Estabelecer um desafio público amplamente mobilizado para consensualizar uma métrica comum com vistas à padronização de dados abertos entre todos os entes federados.</p>
Planeta	<p>O desafio maior é gerar dados para a questão ambiental e disponibilizá-los de forma amigável e acessível. Por exemplo, como possibilitar a comunidades afetadas - comunidades tradicionais - acesso à informação para que entendam as ações que estão atingindo seus territórios? Outro exemplo é a geração de dados que geralmente não são produzidos pelas gestões locais, como qualidade do ar, emissão de gases do efeito estufa, etc.</p>	<p>Unir-se aos esforços de órgãos de controle interno e externo que já exercem ações de auditoria e de acompanhamento de políticas públicas. Promover articulações entre a sociedade civil e esses órgãos para que as metas dos ODS tenham um acompanhamento mais direcionado.</p>	<p>Necessidade de valorizar e ocupar os espaços de participação existentes. Por exemplo, articular os ODS na estratégia de consulta pública do Plano de Governo, realizando grupos de trabalho a partir dos temas ambientais. Outro exemplo, os temas de Transparência Ambiental e Mudanças Climáticas já foram parte dos Planos de Governo Aberto no Brasil. Ainda utilizar as mobilizações para a construção dos Planos de Mudanças Climáticas, para incluir nos temas ambientais a nível local, envolvendo diferentes agentes locais que tradicionalmente não estão em diálogo.</p>	<p>Desenvolver tecnologias inovadoras que sustentem processos de co-criação. Por exemplo, valorizar mais as iniciativas de "garimpagem" de dados e o desdobramento em ações de controle social. E desenvolver aplicativos que utilizam a coprodução de informações, crowdsourcing, para fiscalização e monitoramento ambiental.</p>

EIXOS DO GOVERNO ABERTO

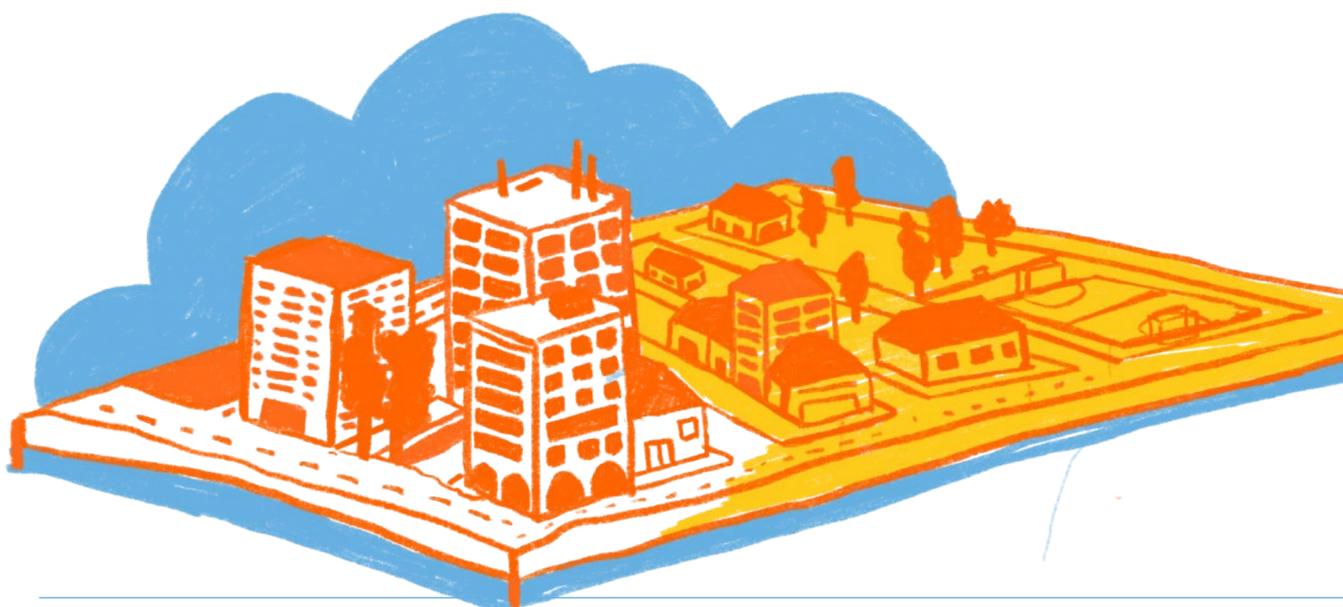
	Transparência	Integridade Pública	Participação Social	Inovação
Prosperidade	<p>A transparência de dados sobre como os recursos públicos são alocados territorialmente e pôr em pauta as desigualdades de incidência de políticas e programas em determinados territórios são pressupostos para pensar estratégias de desenvolvimento.</p>	<p>Discutir e decidir sobre como o gasto público é realizado deve ser um indicativo para ações que envolvam a implementação dos ODS. A forma como as compras governamentais são alocadas podem incidir sobre dinâmicas econômicas locais, sendo a gestão pública um indutor do desenvolvimento, em muitos casos.</p>	<p>Valorizar espaços de participação em que diferentes agentes de desenvolvimento estejam em diálogo quando são pensadas em estratégias de desenvolvimento.</p>	<p>Considerar que a pobreza, a exclusão, as vulnerabilidades socioeconômicas, são impeditivos para a prosperidade. Os problemas sociais causam ineficiência para uma economia competitiva. Apostar em estratégias de inovação criadora de mercados, para atender grupos de pessoas para os quais não haviam produtos ou que são inacessíveis por serem caros demais. Pensar em formas de aceleração de negócios sociais.</p>
Paz	<p>Esse eixo orienta-se para a ODS 16, que objetiva a Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Os dados nesse tema são geralmente dados sensíveis, pois tendem a tratar do combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas, à tortura, ao combate à corrupção, ao terrorismo, a práticas criminosas, ataques aos direitos humanos, etc. O desafio é garantir o tratamento adequado dos dados, desdobrar a proteção dos dados pessoais e mecanismos de consentimento.</p>	<p>Uma das metas específicas nesse ODS é reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. A agenda internacional que trata da transparência sobre a propriedade tem-se apresentado como uma estratégia importante. Referência em www.openownership.org.</p>	<p>Envolver pessoas e instituições na capacitação técnica é fundamental para que de fato ocorra a adoção de medidas baseadas em evidências e produzir políticas públicas efetivas. Contribuem para essa questão as iniciativas de formação para a cidadania.</p>	<p>A inovação nessa área diz respeito sobre como estabelecer políticas intersetoriais a fim de prevenir a violência e alcançar a paz. Quais mecanismos de compartilhamento e cruzamento de dados entre diversos setores, tais como educação, saúde, segurança e assistência social, podem ser construídos? Além disso, a desagregação de dados é uma premissa crucial para avaliar os resultados focalizados no território, no público ou no comportamento.</p>
Parceria	<p>Renova-se a necessidade da mobilização da agenda nos âmbitos subnacionais para a implementação dos ODS, passando pela qualificação dos mecanismos de transparência, tanto na acessibilidade aos dados, quanto dos dados referentes aos resultados das políticas públicas. Ainda, instituir os mecanismos de Governo Aberto para os ODS depende da responsividade e da vontade política dos governos em construírem as ações necessárias.</p>	<p>O desafio de direcionar os recursos públicos de forma efetiva para atingir os resultados necessários para o cumprimento dos ODS é essencial. Devem ser valorizadas as iniciativas de controle público sobre os orçamentos e a execução e de ativismo de dados, por meio dos quais promove-se a fiscalização qualificada por parte da sociedade.</p>	<p>Os ODS podem ser atingidos quando mecanismos de Governo Aberto passarem a envolver os públicos-alvo no ciclo das políticas públicas. Quando políticas universalizantes, a diversidade de agentes sociais deve estar mobilizada; quando políticas específicas, a participação dos minipúblicos às quais se dirigem deve ser promovida.</p>	<p>Muito observou-se a parceria entre governo e sociedade na definição das diretrizes mais gerais sobre as estratégias de governo e sobre as prioridades das políticas públicas, ou seja, "o que fazer". Já as formas inovadoras de parceria tendem a contribuir para definir de forma situada "como os governos devem fazer" as políticas públicas e o controle sobre "o que foi feito", configurando desenhos variáveis de participação e controle social.</p>

● CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação e o monitoramento da Agenda 2030 é a oportunidade para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado nos contextos nacionais e subnacionais. Ela propõe os 5Ps (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) como grandes eixos de atenção de governos, sociedade civil e empresas. As 169 metas dos ODS propostas precisam ser consideradas como um parâmetro comum de efetividade das ações para o desenvolvimento sustentável. A partir da sinergia dos agentes governamentais e não-governamentais, os mecanismos de governo aberto podem ser promovidos para atingir essas metas e buscar resultados para que os objetivos sejam alcançados.

Os princípios do Governo Aberto favorecem novas práticas para que, ao mesmo tempo, o Estado seja indutor do desenvolvimento e o poder dos indivíduos seja ampliado, como uma forma concreta de empowerment com garantia da democracia e da equidade. Nos caminhos da construção da responsividade dos governos e do Estado, coalizões múltiplas precisam conseguir se articular para monitorar, propor e desenhar os objetivos nos contextos subnacionais que estão inseridos, respondendo ao chamado para pensar mais soluções, compartilhar ideias e somar forças rumo à Agenda 2030.

Não é somente o Estado que busca e “garante” a participação. Não é somente a sociedade civil organizada que pressiona pela implementação dos ODS. A Estratégia ODS reúne diversos atores e setores para o fortalecimento da Agenda 2030, buscando consolidar novas estratégias de participação social qualificada que impactam no controle da eficácia, da efetividade e da eficiência das ações no cumprimento dos ODS. Só assim a fome, a pobreza, o subdesenvolvimento, a degradação ambiental, a violência social e as desigualdades poderão ser superados.



● NOTAS METODOLÓGICAS

Mapeando casos de Governo Aberto para o alcance dos ODS

Foram selecionados aproximadamente 130 casos nacionais e internacionais (referentes a América Latina) de iniciativas de Governo Aberto nas seguintes fontes:

Base de dados da OGP

Base de dados de iniciativas de Governo Aberto no mundo a partir da solicitação de de um formulário contendo as seguintes categorias:

(1) respostas comunitárias dirigidas pelos cidadãos, incluindo grupos de voluntários de bairro e associações de bairro, Igreja, professores ou outros que ajudem a informar o público sobre os riscos e as medidas necessárias; (2) estratégias participativas de resposta a catástrofes, incluindo o trabalho com a sociedade civil e os cidadãos; (3) construção de confiança entre o governo e os cidadãos, incluindo através do fortalecimento da comunicação e concentrando-se em alcançar as comunidades vulneráveis com a informação de que necessitam; (4) transparência sobre modelos de previsão e dados que estão a influenciar as estratégias do governo; (5) Plataformas ou aplicações digitais para manter os cidadãos informados, permitir a participação do público e/ou oferecer dados abertos; (6) ferramentas digitais para permitir a participação do público; (7) fornecimento de serviços públicos e governamentais em formato digital e/ou de crowdsourced; (8) a proteção dos direitos e da privacidade dos dados como corporações ajudam a liderar a resposta em muitos países; (9) Combater a desinformação online; (10) publicação de informação proactiva para as comunidades afectadas, incluindo apoio económico e social.

Base de dados da OECD

Mapa interativo de iniciativas de Governo Aberto do Observatório de Inovação do Setor Público (OPSI).

https://oecd-opsi.org/case_type/open-government/?_countries=argentina%2Ccolombia%2Cparaguay

Controladoria geral da União: Governo Aberto na Prática - Resultado dos Compromissos: entrevistas com os responsáveis pelos compromissos assumidos no Plano de Ação Nacional sobre os resultados.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>

Mapeamento Emergência Política Instituto Update

<https://tendencias.institutoupdate.org.br/explore/map>

<https://emergenciapolitica.org/periferias/>

<https://emergenciapolitica.org/america-latina/>

OGPToolBox

<https://ogptoolbox.org/pt/>

Latinno Inovações Democráticas

<https://www.latinno.net/pt/>

Iniciativas locais - busca não exaustiva em portais de prefeituras e de organizações da sociedade civil.

A partir dessa seleção, os casos foram classificados conforme os fundamentos do Governo Aberto com o ODS que a iniciativa tende a contemplar. Dessa classificação foram criados tipos de iniciativas, a partir do formato da iniciativa. Os tipos foram relacionados com os 5Ps que estruturam os objetivos e metas da Agenda 2030. Em cada tipo, foram destacadas as iniciativas mais relevantes identificadas. O objetivo da seção foi estabelecer uma articulação entre iniciativas de Governo Aberto e a Agenda 2030.

Sugestões para implementação e monitoramento da Agenda 2030 a partir de iniciativas de Governo Aberto

Foram convidados especialistas em Governo Aberto por eixo estruturante dos ODS (5Ps da sustentabilidade) para responder às questões abaixo. O objetivo da seção foi aprofundar orientações sobre como iniciativas de Governo Aberto podem contribuir para a implementação e monitoramento da Agenda 2030.

Qual a importância das práticas de Governo Aberto para efetivação da Agenda 2030? -

Todos/as Convidados/as

Quais práticas de Governo Aberto e como elas podem contribuir no avanço para acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável? - Convidados eixo Pessoas.

Quais práticas de Governo Aberto e como elas podem contribuir no avanço para proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras? - Convidados eixo Planeta.

Quais práticas de Governo Aberto e como elas podem contribuir no avanço para assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza? - Convidados eixo Prosperidade.

Quais práticas de Governo Aberto e como elas podem contribuir no avanço para promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência? -

Convidados eixo Paz.

Quais práticas de Governo Aberto e como elas podem contribuir no avanço para mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas? - Convidados eixo Parceria.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Lee/Puc-Sp, 2001. Cap. 2. p. 43-56.

BELLIX, Laila; BURLE, G. S. Caroline; MACHADO, Jorge. **Qual conceito de Governo Aberto? Uma aproximação aos seus princípios**. GIGAPP Estudios Working Papers, n. 59, 2017, p. 78-91.

CRUZ-RUBIO, César Nicandro. **O que é (e o que não é) Governo Aberto? Uma discussão conceitual**. Revista Temas de Administração Pública, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 129-148, 2015.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. V **Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil. 2021.

GTD (Brasil). Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad). **Capacidades para a Transformação Digital: diagnóstico nos estados brasileiros e no distrito federal**. Brasília, 2021. 54 p. Disponível em: <https://gtdgov.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LEITE, Leonardo Queiroz. **Reflexões teóricas sobre modelos de Gestão Pública: o paradigma weberiano, a New Public Management e o estado neo-weberiano**. Rp3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Brasília, n. 1, p. 80-95, 23 jun. 2016.

MACHADO J.; BELLIX, L.; BURLE, C. **Como a Parceria para o Governo Aberto pode contribuir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina?** VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas - GIGAPP. Madrid, Spain. 2017.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). **Implementing SDG16+ Through the Open Government Partnership : Stories and Commitments to Watch**. 2019. UNESCO. Draft text of the UNESCO Recommendation on Open Science. In: Intergovernmental Meeting of Experts (Category II), 2021.

PORTAIS ANALISADOS

Parceria para o Governo Aberto - ações para um espaço civil seguro e aberto: <https://www.opengovpartnership.org/actions-for-a-secure-and-open-civic-space/>
Parceria para o Governo Aberto (OGP): <https://www.opengovpartnership.org/>
Plataforma Agenda 2030: <http://www.agenda2030.com.br/>
Monitor CIVICUS: <https://monitor.civicus.org/>
Monitor Global do Impacto sobre a Democracia e os Direitos Humanos do COVID-19: <https://www.idea.int/gsod-indices/>
Relatório ONU 2020: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>
IPEA: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000



Realização

Cofinanciamento



UNIÃO EUROPEIA